



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES CURSO DE
JORNALISMO**

DOUGLAS HENRIQUE DE CASTRO SILVA

**RELATÓRIO TÉCNICO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PODCAST DESENTERRANDO VERDADES:
AS DESCOBERTAS DA COMISSÃO JAYME MIRANDA**

MACEIÓ 2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES CURSO DE JORNALISMO

Douglas Henrique de Castro Silva

RELATÓRIO TÉCNICO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**PODCAST DESENTERRANDO VERDADES:
AS DESCOBERTAS DA COMISSÃO JAYME MIRANDA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Comunicação Social, como requisito
parcial para a obtenção do grau de bacharel em
Jornalismo.

Orientadora: Profa. Dra. Lídia Ramires

MACEIÓ 2024

Catlogação na Fonte

Universidade Federal de Alagoas

Biblioteca Central

Divisão de Tratamento

Técnico Bibliotecário: Cláudio Albuquerque Reis – CRB-4 – 1753

S586p Silva, Douglas Henrique de Castro.
Podcast desenterrando verdades: as descobertas da comissão Jayme Miranda /
Douglas Henrique de Castro Silva.- 2024.
[33] f.: il.

Orientadora: Lídia Ramires.

Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Jornalismo) – Universidade
Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Maceió,
2024.

Bibliografia. f. [19]-[21].

Apêndice. f. [22]-[33].

1. Jornalismo. 2. Anistia. 3. Ditadura militar. 4. Justiça de transição. I. Título.

CDU: 070:321.6

FOLHA DE APROVAÇÃO

AUTOR: Douglas Henrique de Castro Silva

RELATÓRIO TÉCNICO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO SÉRIE DE REPORTAGENS DE RÁDIO DESENTERRANDO VERDADES: AS DESCOBERTAS DA COMISSÃO JAYME MIRANDA

Relatório Técnico submetido ao corpo docente do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Alagoas e aprovado em 08 de novembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Lídia Ramires Orientadora

Prof. Me. José Régis Barros Cavalcante

1º examinador

Prof. Dr. Júlio Arantes Azevedo

2º examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Alagoas (Ufal), ao corpo docente, técnicos administrativos e trabalhadores terceirizados, que contribuíram com a minha jornada ao longo dos três anos de curso.

Além dos supracitados, gostaria de agradecer à professora e Dra. Mércia, que me acompanhou no processo de criação do pré-projeto deste Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), com seus conselhos e correções.

Em especial, à minha orientadora, professora e Dra. Lídia Ramires, que vivenciou e orientou-me no período de criação da série de reportagens, com ensinamentos e reuniões, para melhorar o produto.

Aos meus pais, Gustavo Henrique e Erivânia Maria, que deram suporte e acreditaram em mim, enquanto estudava jornalismo. E aos amigos que fiz ao longo desse processo, no bloco de Comunicação Social (COS).

RESUMO

O Trabalho de Conclusão de Curso aqui relatado consiste em apresentar as histórias dos jornalistas alagoanos no período da Ditadura Militar, sob a perspectiva das descobertas feitas pelo relatório da Comissão Estadual da Verdade e Memória (Jayme Miranda). Realizado em podcast, os episódios focaram também em buscar entender temáticas adjacentes que percorreram o período, como a revisão da Lei da Anistia, Justiça de Transição, luta política e atuação midiática leniente a pautas militares.

Palavras-chave: Lei da Anistia; Jornalismo; Ditadura Militar; Comissão Estadual da Verdade; Justiça de Transição.

ABSTRACT

The Course Completion Work (TCC) consists of presenting the history of journalists from Alagoas in the period of the Military Dictatorship, from the perspective of the discoveries made by the report of the State Commission for Truth and Memory (Jayme Miranda). Carried out in Podcast format, the radio reports will also focus on seeking to understand adjacent themes that covered the period, such as the revision of the Amnesty Law, Transitional Justice and lenient media action on military agendas.

Keywords: Amnesty Law; Journalism; Military Dictatorship; State Truth Commission; Transitional Justice.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8	2.
OBJETIVOS.....	10	
2.1 GERAL:	10	2.2
ESPECÍFICOS.....	10	
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11	
3.1 Podcast e radiojornalismo.....	11	3.2
Comissão Estadual da Verdade e Memória (Jayme Miranda)	12	
4. PROCESSO DE PRODUÇÃO JORNALÍSTICA DO TRABALHO.....	14	
4.1 Pauta.....	14	4.2
Produção: Processo: Entrevistas e convidados.....	15	4.3
Edição.....	15	4.4
Orçamento e detalhamento técnico.....	16	4.5
Publicação, divulgação e público pretendido.....	17	
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	18	6.
REFERÊNCIAS.....	19	
Apêndice A: Pauta.....	22	
Apêndice B: Cronograma de entrevistas.....	26	
Apêndice C: Script.....	27	
Apêndice D: link para Podcast: https://open.spotify.com/show/1UkAI6nsYzywv3reKsO25c	33	

1. INTRODUÇÃO

Em 14 de junho de 2013, a Comissão Estadual da Memória e Verdade “Jayme Miranda” foi criada pela Lei Estadual nº 7.498, visando esclarecer as graves violações aos direitos humanos praticadas no período da Ditadura Militar, que

ocorreram entre 1964 e 1985, em Alagoas. A iniciativa tinha como objetivo também a efetivação direito e à memória histórica, como previsto no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Já em 27 de março de 2013, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Alagoas (Sindjornal), montou uma comissão para investigar os crimes cometidos contra os profissionais da área, formada por Álvaro Miranda, Edberto Ticianelli, Adelmo dos Santos, Graça Carvalho, Olga Miranda e Valdice Gomes, que realizaram uma extensa pesquisa e fizeram descobertas importantes sobre o tema escolhido “Comissão estadual da Verdade: História e Memória dos Jornalistas alagoanos”.

Esses dois nortes supracitados, serão alvos de discussão deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), por serem extrema importância estudá-los e compreendê-los, para entender o exercício do jornalismo em Alagoas no período, e, também, fazer reivindicações a favor da liberdade de imprensa.

Além disso, discutir a repressão e os crimes cometidos contra os jornalistas torna-se necessário para que eles não sejam apagados da história, como Le Goff (2013), afirma que conservar a memória é fundamental para que o passado não seja esquecido.

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que a memória, por conservar certas informações, contribui para que o passado não seja totalmente esquecido, pois ela acaba por capacitar o homem a atualizar impressões ou informações passadas, fazendo com que a história se eternize na consciência humana (Le Goff, 2013, p. 387).

O Podcast Desenterrando Verdades: As descobertas da Comissão Jayme Miranda inicialmente discutirá os desafios para realizar ambas as comissões, como também, suas descobertas e reflexões sobre o que fazer a partir delas.

Entretanto, as rádios reportagens não ficarão presas somente a esses aspectos, pois, haverá temas secundários relativos aos debates que surgiram em torno do assunto, como a repercussão midiática da Comissão da Verdade, a revisão da Lei da Anistia e a falta de punição para os criminosos da Ditadura Militar.

O tema é importante para trazer visibilidade às descobertas da Comissão Nacional da Verdade (CNV) sobre os crimes e repressões sofridos pelos Jornalistas alagoanos durante a ditadura militar.

A temática é necessária para compreender o exercício da profissão ao longo desse período de censura e perseguição aos jornalistas, quando não podiam fazer posicionamentos contrários ao regime sem correr risco à Integridade física e à vida. Por isso, um dos principais focos do Trabalho de Conclusão do curso (TCC) será contar as narrativas, testemunhos e legados desses profissionais citados no Relatório da Comissão da Verdade, reconhecendo e publicizando o trabalho dessas pessoas que lutaram para praticar o jornalismo durante a Ditadura militar, com o intuito de que não sejam apagadas da história.

2. OBJETIVOS

2.1. GERAL:

Produzir um ‘podcast’ relatando as descobertas do relatório da Comissão Nacional da Verdade sobre os jornalistas alagoanos que sofreram represálias durante o período da Ditadura Militar.

2.2. ESPECÍFICOS:

- Publicizar as histórias, relatos e narrativas dos jornalistas presentes no relatório; • Reconhecer a luta desses profissionais em fazer um jornalismo crítico ao regime militar; • Entrevistar jornalistas, historiadores e personalidades públicas que participaram da confecção do relatório; • Destacar a importância da Comissão Nacional da Verdade na luta pela liberdade de expressão; • Entender o contexto da criação da iniciativa;
- Abordar a repercussão midiática, política e da população sobre a CNV.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Podcast e radiojornalismo

O trabalho será composto por rádio reportagem, no formato de Podcast, onde será dividido em três episódios, com cada um tratando sobre uma temática. Como o meio de comunicação está bem expandido na atualidade, podendo ser divulgado em meios de comunicação de digitais e tradicional, como a autora Cunha (2020) explica, que as pessoas podem ter um acesso mais fácil ao produto.

Como dissemos, no contexto do radiofônico e sonoro, na qual a possibilidade de um consumo em mobilidade reconfigurou as relações de permanência (a oralidade se faz presente nos lugares), audiência (o conteúdo acompanha o usuário pelos espaços físicos), tecnológica (o conceito de instantaneidade ganha força), distribuição (conteúdos organizados por demanda pelo usuário) e a mensagem (na dimensão móvel as experiências são individuais), evidenciando novos consumidores, agora mais livres para consumi-lo onde, quando e como desejarem” (Cunha *apud* Alves, Prata; Pessoa, 2020, p. 243).

Os episódios serão compostos por três reportagens, com historiadores, advogados e jornalistas, explicando como aconteceu o processo de instauração da

Comissão estadual da Verdade, e os impactos que teve na sociedade. Para isso, usar uma linguagem tão ampla quanto a da rádio, facilita no processo de narrar as histórias e se conectar com o ouvinte, como o autor Lopez Freire (2011) explica em seu livro.

Pensar a linguagem radiofônica demanda compreender as especificidades deste meio de comunicação e sua relação com o público ouvinte. Implica também – principalmente para o jornalista – observar que o rádio vai além do radiojornalismo. A linguagem radiofônica, como afirma Martínez-Costa (2001), é múltipla, ainda que seja exclusivamente sonora. Ela oferece possibilidades variadas de diálogo e aproximação com o ouvinte – elemento central de qualquer peça de rádio (Freire; Lopez, 2011 p. 136).

Como dito anteriormente, a produção será realizada em formato de Podcast, devido ao sucesso e adesão que vem conquistando nos últimos anos, como a pesquisa da plataforma digital “Spotify” divulgou que entre janeiro e setembro de 2023, houve um aumento de 28%, acompanhado por um aumento na produção de podcasts em 36% em todo o país.

Os autores Micael Herschmann e Marcelo Kischinhevsky (2005), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), publicaram um artigo intitulado A “geração podcasting” e os novos usos do rádio na sociedade do espetáculo e do entretenimento” abordando a curiosidade do público no formato.

O podcasting desperta especial interesse devido ao fato de que o meio rádio (...) vive um momento de redefinição, diante da revolução trazida pela convergência tecnológica. Diversos sistemas de rádio digital encontram-se em fase de testes ou implantação, alterando dramaticamente a forma de recepção radiofônica, com desdobramentos profundos na indústria da cultura e do entretenimento (Herschmann; Kischinhevsky, 2005, p.102).

3.2 Comissão Estadual da Verdade e Memória (Jayme Miranda)

Segundo Lucas Pedretti (2017), a Ditadura Militar é um marco histórico que deixou marcas profundas na sociedade Brasileira e em diferentes áreas do conhecimento, como no jornalismo, mesmo após seu fim, que ocorreu há 39 anos.

Trata-se, isso sim, de que podemos, hoje, repensar radicalmente as bases a partir das quais se orientam as lutas sociais e as políticas públicas para lidar com legados de violência. Podemos deixar de lado a ideia do “nunca mais”, para passar a conceber o período específico da ditadura a partir de uma temporalidade mais larga, em que aquele momento histórico se inscreve em uma história mais ampla de violência que muito o antecede, e que permanece até os dias de hoje (Pedretti, 2017, p.73).

Os autores Tamy Baso e Vitor Blotta (2018), por meio de um artigo publicado pela Universidade de São Paulo (USP) mostram a importância do jornalismo de reconhecimento, mediante uma observação da cobertura Jornalística da Comissão Nacional da Verdade, como uma extensiva luta a favor da liberdade de imprensa, tendo um compromisso ético de publicizar as narrativas e histórias das pessoas que sofreram represálias durante a ditadura militar.

Se a liberdade de imprensa, como exercício de liberdade social, depende das condições éticas de comunicação e, conseqüentemente, de expectativas de reconhecimento, o enraizamento de processos de transição sobre a esfera pública também dependem de um jornalismo de reconhecimento, capaz de dar a devida publicidade às narrativas, identidades, histórias de vida e testemunhos que circulam na esfera pública (Baso; Blotta, 2018, p. 17).

A história do Jornalismo em Alagoas é rica e merece ser explorada, com diferentes formas de resistência e luta contra a censura imposta contra os jornalistas, desde jornais alternativos até universitários.

Segundo o relatório final da Comissão criada pelo Sindjornal, que foi enviado à Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), publicado em 2014, os profissionais sofreram duas fases diferentes de repressão, com a inicial sendo bastante agressiva.

A primeira, abrangendo o dia do golpe militar e as ações subsequentes, quando jornalistas foram presos e o jornal a Voz do Povo foi empastelado, além do surgimento da Censura. Nessa fase, a ação mais violenta da ditadura em Alagoas foi dirigida contra o semanário A Voz do Povo, jornal ligado ao Partido Comunista Brasileiro. Quase todos os jornalistas presos tinham alguma relação com este jornal. A exceção é o jornalista Etienne Pires de Melo, que presidia o sindicato da categoria em Alagoas, e, no momento do golpe, dirigia uma greve histórica (Fenaj, 2014, p. 32)

4 Processo de produção jornalística do trabalho

4.1 Pauta

As pautas basearam-se em temas relacionados aos episódios, como no primeiro, que foi discutido sobre a criação da Comissão Estadual da Memória e Verdade “Jayme Miranda” e suas descobertas, revisão da lei da Anistia e empecilhos jurídicos, Justiça de Transição e uma nova rodada de investigações sobre os crimes cometidos durante a Ditadura Militar.

Para discutir o tema da Comissão em Alagoas, as perguntas e os off’s foram embasados no relatório que foi divulgado pela iniciativa, em 31 de agosto de 2017, com os dados sobre as vítimas do regime militar no estado e os detalhes sobre o processo de apuração dessas informações.

Já um dos tópicos escolhidos para ser debatido nas entrevistas é a Lei da Anistia, que gera muitas polêmicas entre os jurídicos pela forma como foi estabelecida em 1979, na época do processo de redemocratização brasileira, pois muitos consideram que os crimes contra humanidade não deveriam ser anistiados. Como base para questionar o convidado Everaldo Patriota, especialista em Direito Constitucional, foi utilizado uma série de reportagens sobre o tema, mostrando a divisão de opiniões entre advogados, juízes e a corte do Supremo Tribunal de Justiça (STF), que estão presentes nas referências deste trabalho.

Os resultados divulgados pela Comissão Estadual Jayme Miranda e os incisos que falam sobre a Anistia e a Lei da Retroatividade Penal, também foram usados como referências. Além dessas discussões, o entrevistado foi questionado sobre uma nova Comissão da Verdade, após declarações do Presidente Luiz Inácio da Silva, abordando o tema.

Já no segundo episódio, a pauta foi relacionada à repercussão midiática da Comissão Nacional da Verdade, com questões direcionadas a uma postura leniente dos meios de comunicação. Neste momento, o episódio intitulado como “A repercussão midiática da CNV”, e contou com a participação do historiador, Vitor Barbosa, e da jornalista que participou da cobertura da comissão, Layra Santa Rosa.

As referências dessa segunda parte do podcast foram relacionadas ao tema, com artigos acadêmicos que discutem o discurso midiático sobre revanchismo e Lei da Anistia, que estão na lista de referências deste relatório. Assim como, a utilização de livros que discutem o tempo espiral na história e matérias sobre a discussão da Comissão da Verdade nos últimos anos.

Por fim, o último episódio do Podcast, tratará sobre as descobertas feitas pela Comissão da Verdade dos Jornalistas e divulgados no relatório da Fenaj. Ao longo desta parte do trabalho, os assuntos abordados no produto midiático serão as formas alternativas de praticar jornalismo no período da Ditadura Militar, Jornalismo Universitário, censura, importância da família Miranda e os desejos dos familiares de vítimas do regime militar, com uma possível nova Comissão da Verdade.

Como embasamento para entrevistar a jornalista e advogada, Olga Miranda, e o jornalista, Edberto Ticianelli, foram utilizadas referências como o livro “Oh, pedaço de mim”, da Olga Miranda (2017), e o relatório da Comissão da Verdade dos Jornalistas, produzido pelo Sindjornal.

4.2 Processo: Entrevistas e convidados

A construção do Podcast ocorreu desde o dia 01 de outubro de 2023, quando comecei a produzir o trabalho da disciplina de Desenvolvimento Orientado de Projeto de TCC (DOP), com a colaboração da Dra. Márcia Pimentel, quando fizemos as bases das ideias desse produto midiático.

Após a finalização da matéria, o processo de orientação com a Dra. Lídia Ramires foi iniciado e juntos delimitamos o tema para o atual, e começamos a definir os convidados do Podcast.

Com tudo definido, as gravações foram feitas entre os dias 20 de setembro e 08 de outubro, com os membros da Comissão Estadual da Verdade (Jayme Miranda), Olga Miranda, Edberto Ticianelli e Everaldo Patriota. Além de terem participado das entrevistas, a jornalista Layra Santa Rosa e o historiador Vitor Barbosa.

4.3 Edição

O processo de edição foi feito após a produção do Script e da decupagem das entrevistas, com as indicações de tempo e inserções de sons (Sem direitos autorais). Ao longo deste processo, contei com a colaboração do técnico da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Ricardo Ferro, no período de 22 a 31 de outubro de 2024, pelo aplicativo *Soud Forge*. A edição do Podcast e as gravações dos off's foram realizadas nas dependências do estúdio do bloco de Comunicação Social (COS).

Todas as marcações de edição foram enviadas ao técnico Ricardo José Oliveira Ferro estão presentes no roteiro presente no apêndice C deste TCC.

A trilha sonora usada na vinheta de abertura e encerramento dos episódios foi o Press fuse, do grupo musical French Fuse. Já nos off's foi utilizado a Kurt, da artista Cheel.

Ao todo, o podcast teve duração de 49 minutos e 07 segundos. O primeiro episódio tem 11 minutos e 50 segundos, o segundo foi finalizado em 15 minutos e 16 segundos, e o último do produto midiático durou 22 minutos e 01 segundo.

A arte para divulgação externa foi produzida no programa Canva, com o apoio da jornalista e design Steffanny Meneses da Silva Pereira.

4.4 Orçamento e detalhamento técnico

As gravações do Podcast foram realizadas de diferentes formas, nas primeiras entrevistas utilizei o período gratuito do Google Meet, de 14 dias, entre os dias 20 de setembro e 03 de outubro, com a utilização do meu notebook Lenovo. Já as últimas aconteceram nos estúdios do COS, na Ufal.

4.5 Publicação, divulgação e público pretendido

Link para o Podcast: <https://open.spotify.com/show/1UkAl6nsYzywv3reKsO25c>

O podcast poderá ser divulgado na plataforma digital "Spotify", com divulgações nas redes sociais, como Instagram e X. Os públicos pretendidos são os acadêmicos, historiadores e estudantes de jornalismo. Mas o produto midiático também pode gerar interesse de diferentes pessoas fora do ambiente científico, por

se tratar de um tema histórico, que impactou profundamente a sociedade brasileira.

5 Resultados e discussões

A produção do Podcast em alguns momentos foi um grande desafio, pela dificuldade de conseguir entrar em contato e gravar com a fonte.

Porém, o resto do trabalho foi satisfatório de fazer, porque o tema proposto era do meu interesse por já ter feito o curso de história, com uma difícil busca por referências bibliográficas, pela falta de produções acadêmicas sobre as temáticas discutidas no TCC focadas na área da comunicação.

No momento das buscas pelos entrevistados, o foco foi encontrar convidados que tiveram participações diretas na criação ou cobertura da Comissão Estadual da Verdade e Memória (Jayme Miranda).

Com isso, o caminho para encontrá-los aconteceu por meio da busca pelas redes sociais e contato com outros profissionais do Jornalismo. Por fim, os escolhidos foram os jornalistas Edberto Ticianelli, Olga Miranda e Layra Santa Rosa. Além do advogado Everaldo Patriota e o historiador Vitor Barbosa.

Ao finalizar a gravação e edição do Podcast, os meus conhecimentos sobre os temas debatidos foram expandidos, com as entrevistas diretas com pessoas que vivenciaram todo o período de buscas para encontrar a verdade sobre os crimes cometidos pelo regime militar em Alagoas.

Ademais, esses novos aprendizados me fizeram ter reflexões sobre a forma que a universidade não tem interesse em procurar saber e entender a história de um período repressivo para os jornalistas, onde sofreram censura e prisões ilegais, devido à falta de trabalhos acadêmicos sobre os temas.

Ao longo das entrevistas e leituras sobre a temática, essa situação não só se aplicou no ambiente acadêmico, porque os grandes meios de comunicação nacionais no período da Comissão Estadual da Verdade tiveram uma postura leniente, a favor de pautas militares, e os alagoanos fizeram uma cobertura tímida, com pouco interesse de aprofundar no assunto.

O descaso midiático e acadêmico sobre a Comissão Nacional ou Estadual da Verdade é lamentável, pois todas as descobertas feitas no relatório da Fenaj poderiam ser usadas como instrumentos de luta política.

A contribuição que esse TCC tem à área da comunicação é mostrar um pouco da história de como funcionava o jornalismo alagoano durante a Ditadura Militar, a partir dos relatos e descobertas feitos no relatório produzido pela Comissão Estadual da Verdade.

Além desses pontos, ter um trabalho que publiciza as narrativas dos jornalistas que sofreram os diversos tipos de repressões no período, incentiva futuros acadêmicos a pesquisarem sobre o tema e também buscarem reconhecer o trabalho dessas pessoas para nossa área de estudo.

A minha maior expectativa com este Podcast é estimular os docentes e discentes do curso a buscarem explorar a história do Jornalismo, seja no período militar ou em diferentes épocas, para podermos produzir memórias sobre o nosso campo de estudo.

REFERÊNCIAS

ALVES, João; PRATA, Nair; PESSOA, Sônia Caldas. Podcast: modos narrativos que apontam tensões entre a liberdade de criar, de escutar e de monetizar. In: RADDATZ, Vera Lucia Spacil [et al.] (orgs). *Rádio no Brasil: 100 anos de história em (re)construção*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2020. p. 238-255. Disponível em: https://www.academia.edu/80568673/PODCAST_Modos_Narrativos_que_Apontam_Tens%C3%B5es_Entre_a_Liberdade_de_Criar_de_Escutar_e_de_Monetizar. Acesso em: 23 out. 2024.

BASO, Blotta; TORMIN, Tamy. *A Comissão da Verdade na Imprensa: justiça de transição*. Relatório da Comissão Nacional da Verdade dos Jornalistas: FENAJ. Brasília: Federação Nacional dos Jornalistas, 2018.

CASTELO BRANCO, G. de M.; MELO, L. N.; BEZERRA, S. S.; BARBOSA, L. S.; SIMÕES, J. L. Mídia e poder: uma análise do cenário da imprensa alagoana no período do golpe civil-militar. *SEMPESq - Semana de Pesquisa da Unit - Alagoas*, (5), 2020.

PEDRETTI, Lucas. Silêncios que gritam: apontamentos sobre os limites da Comissão Nacional da Verdade a partir do seu acervo. *Revista do Arquivo*, v. 2, n.

5, p. 62-76, 2017. LE GOFF, J. *História e Memória*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996.

COMISSÃO da Verdade identifica autores e vítimas de crimes da ditadura. Disponível em: <https://www.oab.org.br/noticia/27915/comissao-da-verdadeidentifica-autores-e-vitimas-de-crimes-da-ditadura>. Acesso em: 23 jul. 2024.

COMISSÃO Nacional da Verdade dos Jornalistas faz balanço das atividades nos estados. Disponível em: <https://fenaj.org.br/comissao-nacional-da-verdade-dos-jornalistas-faz-balanco-dasatividades-nos-estados/>. Acesso em: 23 jul. 2024.

FREIRE, Marcelo; LOPEZ, Debora Cristina. *Linguagem radiofônica e jornalismo*. 2011.

Disponível em:

<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/2158/1982>.

KISCHINHEVSKY, Marcelo; HERSCHMANN, Micael. A “geração podcasting” e os novos usos do rádio na sociedade do espetáculo e do entretenimento. In:

ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 16., 2007, Curitiba. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistafamecos/article/view/4806/3610>. Acesso em: 09 abr. 2023.

GALINDO, A.; DE ASSIS, E. F. Os 60 anos do golpe de Estado de 1964 e a justiça de transição. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-mar-31/os-60-anos-do-golpe-de-estado-1964-e-ajustica-de-transicao/>. Acesso em: 23 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm. Acesso em: 22 jul. 2024.

LEGISLAÇÃO. Disponível em:

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/comissao-de-anistia/legislacao>. Acesso em: 22 jul. 2024.

LE GOFF, J. *História e Memória*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996. Acesso em: 24 set. 2023.

LULA determina recriação da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202407/lula-recria-comissao-especial-mortos-desaparecidos-politicos>.

Acesso em: 20 jul. 2024.

MEMBROS da Comissão Nacional da Verdade pedem que STF reveja Lei da Anistia.

Disponível

em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/05/24/membros-da-comissao-nacional-da-verdade-pedem-que-stf-reveja-lei-da-anistia>

comissaonacional -da-verdade-pedem-que-stf-reveja-lei-da-anistia. Acesso em: 23 out. 2024.

PASTA A - Relatório e anexos. Disponível em:

<https://www.dropbox.com/sh/gfxcg36xim4gyu6/AADYYMOclOhEylgAoypk2k54a?dl=0>. Acesso em: 21 set. 2024.

PASTA C - Depoimentos e eventos. Disponível em:

<https://www.dropbox.com/sh/fm5twc32mi87kvt/AABFgzD4g5T1RxbtpISrGlZ1a?dl=0>. Acesso em: 21 set. 2024.

PEREIRA, A. Alagoas indica membros da Comissão da Verdade. Disponível em:

<https://www.sindprev-al.org.br/2013/07/alagoas-indica-membros-da-comissao-daverdade/>. Acesso em: 21 jul. 2024.

PERLATTO, Fernando. Variações do mesmo tema sem sair do tom: imprensa, Comissão Nacional da Verdade e a Lei da Anistia. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 27, p. 78–100.

MELLO, Felipe Corrêa de; BACCEGA, Maria Aparecida. Imprensa e discurso histórico: a Comissão Nacional da Verdade na Folha de S. Paulo e no Estado de S. Paulo.

Comunicação & Educação, São Paulo, Brasil, v. 20, n. 1, p. 105–116, 2015. Acesso em: 26 jul. 2024.

MIRANDA, Olga. Oh, pedaço de mim.../ Olga Miranda. Maceió: Q-Gráfica, 2017. Acesso em: 10 de setembro de 2024

APÊNDICE A

Pauta do episódio 1- Reflexões sobre os resultados da Comissão Estadual da Verdade

Jayme Miranda

Jornalista: Douglas Henrique de Castro Silva

Tema: Reflexões sobre a Comissão Estadual da Verdade e Memória (Jayme Miranda). Proposta: Explorar discussões sobre as descobertas da comissão, com questionamento sobre temas relevantes que a rodeiam, como a Lei da Anistia, Justiça de Transição, Lei da Retroatividade Penal, Constituição Brasileira, e outros que serão abordados ao longo deste episódio.

O objetivo da entrevista é mostrar que mesmo com os avanços nas descobertas sobre os crimes dos militares no período do regime, de 1964 a 1985, desde torturados a mortos, o nosso país ainda sofre com as consequências dessa temporalidade e ainda não conseguiu punir de nenhuma forma os responsáveis por toda barbaridade.

Questões do episódio para Everaldo Patriota

- 1- VOCÊ FOI UM DOS MEMBROS DA COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE//
GOSTARIA DE SABER COMO FUNCIONOU O PROCESSO DE COLETAS
DE
DADOS E QUAIS ERAM AS LIMITAÇÕES/ EM RELAÇÃO AO DIÁLOGO COM OS
PODERES/ COMO AS FORÇAS ARMADAS? //
- 2- QUAIS FORAM AS PRINCIPAIS DESCOBERTAS DA COMISSÃO JAYME

MIRANDA/ EM RELAÇÃO ÀS VÍTIMAS/ COMO MORTOS/ DESAPARECIDOS E PRESOS POLÍTICOS? //

3- O BALANÇO DO RELATÓRIO FOI SATISFATÓRIO OU UMA NOVA RODADA DE INVESTIGAÇÕES/ COMO O PRESIDENTE LUÍS INÁCIO DA SILVA ESTÁ PROPONDO SERÁ NECESSÁRIO? //

4- JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO FOI UM DOS PRINCIPAIS TÓPICOS DE DISCUSSÃO DA COMISSÃO/ MAS HOUVE DURAS CONTROVERSAS EM RELAÇÃO AO TEMA// O QUE FOI ESSE CONCEITO E QUAL FOI A PRINCIPAL CRÍTICA ESTABELECIDADA EM TORNO DELE? //

5- ESTA FALTA DE PUNIÇÃO DEVE-SE A UM ACORDO FEITO PELO CONGRESSO COM AS FORÇAS ARMADAS QUE EVITAVA UMA REVISÃO DA LEI DA ANISTIA// O QUE FOI ESSE ACORDO E QUAL A IMPORTÂNCIA DESTA ORDENAMENTO JURÍDICO PARA DISCUSSÃO SOBRE A EFETIVIDADE DA CNV? // 6- DESDE A REVELAÇÃO DOS CRIMES COMETIDOS PELOS MILITARES/ MUITAS ALAS DA SOCIEDADE PEDEM A REVISÃO DA LEI DA ANISTIA/ COM O INTUITO DE PUNI-LOS/ ENTRETANTO/ ESSA MODIFICAÇÃO NA LEGISLAÇÃO NÃO É TÃO SIMPLES// QUAIS SÃO AS DIFICULDADES QUE O DIREITO PENAL E A CONSTITUIÇÃO IMPLICAM NESTA INICIATIVA? // 7- A PAUTA DO REVISIONISMO DA LEI E DA CRIAÇÃO DE UMA NOVA COMISSÃO VOLTOU A SER DISCUTIDA// CASO ISSO VÁ EM FRENTE/ EXISTEM MEIOS NA CONSTITUIÇÃO PARA QUE ACONTEÇA ESSAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO? // COMO ISSO ACONTECERIA? ///

Retranca: No episódio será retratado as temáticas que geraram discussões na sociedade brasileira e os seus resultados, quando se abordava à Comissão nacional da Verdade.

Pauta do episódio 2- Cobertura midiática leniente dos grandes meios de comunicação sobre a Comissão Nacional da Verdade

Jornalista: Douglas Henrique de Castro Silva

Tema: Repercussão midiática leniente sobre a CNV, a favor de pautas militares.

Proposta: O objetivo da entrevista com o historiador Vitor Barbosa e a jornalista Layra Santa Rosa, foi discutir a postura dos grandes meios de comunicação brasileiros e alagoanos em relação às comissões da Verdade, que estavam ocorrendo no período. A partir desta premissa, apresentar aos ouvintes do Podcast um parâmetro do porquê sites e jornais tradicionais, como O Globo e a Folha de São Paulo, tiveram linhas editoriais favoráveis a não revisão da Lei da Anistia e um discurso focado no revanchismo histórico. Além de discutir como as descobertas feitas pelo relatório podem ser usadas como luta política da classe.

Questões do episódio para Layra Santa Rosa e Vitor Barbosa

1- UMA DAS CLASSES QUE MAIS SOFRERAM COM OS CRIMES DA DITADURA MILITAR FOI A DOS JORNALISTAS/ COM PERSEGUIÇÕES/ PRISÕES/ DESAPARECIMENTOS E ASSASSINATOS// O QUE SE DEVE ESSA NARRATIVA

FAVORÁVEL AOS MILITARES EM RELAÇÃO A NOTICIBILIDADE DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E A LEI DA ANISTIA? //

2- A IDEIA DO TEMPO ESPIRAL NA HISTÓRIA EXPLICA QUE AS FRONTEIRAS ENTRE O PASSADO E O PRESENTE NÃO SÃO TÃO RIGÍDAS// ENTÃO/ AS AÇÕES PODEM SE REPETIR DE DIFERENTES MANEIRAS NO TEMPO PRESENTE// DITO ISSO/ POUCO TEMPO ANTES DO GOLPE ACONTECER/ GRANDES MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE ALAGOAS APOIARAM AS PAUTAS

MILITARES ASSIM COMO OCORREU AO LONGO DA CNV// COMO A REPETIÇÃO DESSES PADRÕES HISTÓRICOS OCORRERAM E QUAIS SÃO SUAS

DISTINÇÕES?//

3- COMO FOI A COBERTURA MUDIÁTICA ALAGOANA EM RELAÇÃO À CNV, SEGUIU ESSE MESMO PADRÃO DESSES GRANDES MEIOS DE COMUNICAÇÃO

BRASILEIROS? //

4- OS JORNALISTAS PODEM USAR AS DESCOBERTAS FEITAS PELO RELATÓRIO DA FERJ COMO UMA LUTA POLÍTICA? //

5- O GOVERNO LULA OPTOU POR NÃO RELEMBRAR OFICIALMENTE OS 60 ANOS DE DITADURA. QUE IMPACTO ESSAS RELAÇÕES ENTRE MILITARES E CIVIS NA POLÍTICA?

Retranca: No segundo episódio, o foco será as discussões sobre como a mídia repercutiu a CNV, e como as descobertas feitas pelo relatório do Sindjornal e da Fenaj, podem ser usadas como luta política.

Pauta 3 episódio- Repressões e censuras cometidas contra os jornalistas no período da Ditadura

Jornalista: Douglas Henrique de Castro Silva

Tema: Descobertas reveladas no relatório da Fenaj produzido pela Comissão Estadual da Verdade sobre as censuras e repressões cometidas contra os jornalistas.

Proposta: Entrevistar convidados atuantes na elaboração do relatório da Comissão da Verdade para conhecer mais das descobertas feitas pela iniciativa e reconhecer a importância dos jornalistas que lutaram pelo exercício da profissão em um período de censura e repressão.

Questões feitas para os jornalistas Olga Miranda e Edberto Ticianeli

1. COMO FUNCIONOU O PROCESSO DE COLETA DE DADOS E DEPOIMENTOS NA COMISSÃO DA VERDADE SOBRE OS JORNALISTAS?
2. QUAIS FORAM AS PRINCIPAIS CENSURAS E REPRESSÕES QUE OS JORNALISTAS SOFRERAM NO PERÍODO DO REGIME MILITAR?
3. O JORNALISMO UNIVERSITÁRIO TEVE UM PAPEL IMPORTANTE NA LUTA CONTRA CENSURA// DE QUE FORMA ISSO OCORREU?
4. NO LIVRO “OH, PEDAÇO DE MIM”/ MOSTRA-SE A HISTÓRIA DA FAMÍLIA MIRANDA E SUA IMPORTÂNCIA PARA O JORNALISMO ALAGOANO NO PERÍODO DA DITADURA// POR QUE ESSAS PESSOAS SÃO TÃO RELEVANTES NESSA DISCUSSÃO HISTÓRICA?
5. COMO ACONTECIA O JORNALISMO ALTERNATIVO NESTE PERÍODO HISTÓRICO?

6. COM ESSA POSSÍVEL VOLTA DA COMISSÃO DA VERDADE/ PROPOSTA PELO PRESIDENTE LUÍS INÁCIO DA SILVA/ QUAIS SERIAM AS PRINCIPAIS DEMANDAS DAS FAMÍLIAS DE PESSOAS MORTAS E DESAPRECIDAS NO REGIME MILITAR?

Retranca: O episódio discutirá as principais descobertas feitas pela Comissão Estadual da Verdade sobre o jornalismo alagoano no período da Ditadura Militar. Entre outros temas abordados, como as formas de se fazer jornalismo em uma situação de repressão e censura, e as lutas das famílias dos desaparecidos e mortos.

Apêndice B: Cronograma de entrevistas

CRONOGRAMA DE ENTREVISTAS	
Layra Santa Rosa- jornalista	20/09/2024
Olga Miranda- jornalista e advogada	02/10/2024
Edberto Ticianeli- jornalista	03/10/2024
Vitor Barbosa- historiador	08/10/2024
Everealdo Patriota- advogado	08/10/2024

Apêndice C: Script enviado para o editor

Episódio 1- REFLEXÕES SOBRE OS RESULTADOS DA COMISSÃO NACIONAL
ESTADUAL JAYME MIRANDA

TODOS OS OFF'S SÃO DO ARQUIVO DO EVERALDO PATRIOTA

TRILHA SONORA DA ABERTURA: PRESS FUSE- FRENCH FUSE

TRILHA SONORA DOS OFF'S- KURT- CHEEL

OFF 1- EM 14 DE JUNHO DE 2013/ A COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA
“JAYME MIRANDA”, FOI CRIADA PELA LEI ESTADUAL de 2013 Nº 7.498,
VISANDO ESCLARECER AS GRAVES VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS
PRATICADOS NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR/ QUE OCORRERAM ENTRE
1964 E 1985// O MEMBRO DA INICIATIVA/ EVERALDO PATRIOTA/ CONTOU QUE
O TRABALHO DA EQUIPE RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA FOI DIFÍCIL/
PORQUE FALTOU UMA MELHOR ESTRUTURA E ASSESSORIA PARA SUA
REALIZAÇÃO//

O TRABALHO FOI PENOSO... DO QUE A COMISSÃO NACIONAL DE MEMÓRIA E
VERDADE

0:31-2:32

OFF 2- ENTRE AS DESCOBERTAS QUE A COMISSÃO ESTADUAL JAYME
MIRANDA FEZ/ UMA CHAMOU ATENÇÃO DO ADVOGADO/ QUE FOI
CONSIDERADA INÉDITA PARA O ESTADO DE ALAGOAS/ QUE NÃO
ACONTECEU NO RESTANTE DO PAÍS//

ALAGOAS FOI O ÚNICO ESTADO QUE UM ANO E POUCO

3:54- 5:53

OFF 3- QUANDO QUESTIONADO SOBRE UM POSSÍVEL RETORNO DA COMISSÃO PROPOSTO PELO PRESIDENTE LULA/ O ESPECIALISTA EM DIREITO PENAL AFIRMOU QUE O TRABALHO DEVERIA SER FOCADO EM CONTINUÁ-LA E NÃO CRIAR UMA NOVA// AQUELE RELATÓRIO FOI UM PRIMEIRO PASSO DITADURA DE 64 NO BRASIL

7:34- 8:13

OFF 4- O CONVIDADO REBATE A IDEIA DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO/ QUE BUSCAVA REPARAR VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS COMETIDOS NA DITADURA MILITAR//

9:20-12:20

OFF 5- A REVISÃO DA LEI DA ANISTIA É UM TEMA QUE CAUSA BASTANTE CONTROVERSA EM DIFERENTES ALAS DA SOCIEDADE/ POIS ELA TEM COMO OBJETIVO PUNIR OS MILITARES QUE COMETERAM CRIMES NO PERÍODO DO GOLPE/ MAS SEGUNDO O ADVOGADO EVERALDO PATRIOTA/ O STF TERÁ UM PAPEL IMPORTANTE NA DISCUSSÃO DESSE TEMA//

QUAL É O PROBLEMA AGORA. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

15:55-19:21

OFF 6- ESSE FOI O PRIMEIRO EPISÓDIO DE UMA SÉRIE DE RÁDIO REPORTAGENS QUE ABORDARÁ AS DESCOBERTAS DA COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE SOBRE OS CRIMES COMETIDOS CONTRA OS JORNALISTAS// JÁ NO PRÓXIMO/ SERÁ DISCUTIDO A REPERCUSSÃO MÍDIÁTICA LENIENTE SOBRE O TEMA//

TRILHA SONORA DO ENCERRAMENTO: PRESS FUSE- FRENCH FUSE

Episódio 2- COBERTURA MÍDIÁTICA LENIENTE DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

TRILHA SONORA DE ABERTURA: PRESS FUSE- FRENCH FUSE

OFF 1- A REPERCUSSÃO MÍDIÁTICA DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE FOI LENIENTE/ COM GRANDES MEIOS DE COMUNICAÇÃO APOIANDO PAUTAS

FAVORÁVEIS AOS MILITARES/ COMO A NARRATIVA DE REVANCHISMO HISTÓRICO E NÃO REVISÃO DA LEI DA ANISTIA//

OFF 2- O DOUTOR EM HISTÓRIA SOCIAL/ VITOR BARBOSA/ EXPLICOU QUE A FORMA DA MÍDIA TRATAR A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E A LEI DA ANISTIA/ É UM REFLEXO DE UM PROCESSO HISTÓRICO MAL RESOLVIDO/ QUE VEM DESDE O PERÍODO DE SUA CRIAÇÃO/ EM 1979// (ARQUIVO DO VITOR BARBOSA)

É UMA LEI QUE NESTE PERÍODO

0'29-2'01

OFF 3- O HISTORIADOR EXPÔS QUE NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR/ OS JORNAIS DE ALAGOAS TINHA UM VIÉS CONSERVADOR/ COM UM CONTROLE EFICIENTE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO// (ARQUIVO DO VITOR BARBOSA)

GRANDE PARTE DOS JORNAIS PERTENCIAM... APARECEM COM POSICIONAMENTOS CONSERVADORES

2'44- 3'50

OFF 4- A JORNALISTA LAYRA SANTA ROSA/ QUE PARTICIPOU DA COBERTURA MIDIÁTICA DA COMISSÃO EM ALAGOAS/ REFLETIU SOBRE OS MOTIVOS QUE LEVARAM A IMPRENSA BRASILEIRA SER LINIENTE E APOIAR AS PAUTAS MILITARES// (ARQUIVO DA LAYRA SANTA ROSA)

ENTÃO/ EU ACHO QUE A NARRATIVA FAVORÁVEIS.... É COMO ACONTECE

4'35- 6'27

OFF 5- A REPORTÉR AINDA DESTACOU QUE A COBERTURA MIDIÁTICA ALAGOANA NÃO FOI TÃO APROFUNDADA// (ARQUIVO DA LAYRA SANTA ROSA)

ALAGOAS NÃO TEVE A COBERTURA... QUE A COBERTURA FOI MUITO TÍMIDA

4'44- 6'26

OFF 6- JÁ O ESPECIALISTA NA TEMÁTICA DA DITADURA MILITAR/ VITOR BARBOSA/ INIDICOU QUE A COBERTURA MIDIÁTICA EM ALAGOAS FOI ATUANTE NO INÍCIO/ MAS PERDEU FORÇA A LONGO PRAZO// (ARQUIVO DO VITOR BARBOSA) NÓS TIVEMOS A PARTICIPAÇÃO EM GRANDE PARTE DA IMPRENSA... ONDE ERAM OS ANTIGOS GALPÕES DA PETROBRÁS//

4'43- 6'26

OFF 7- O HISTORIADOR TAMBÉM AFIRMOU QUE A CLASSE PODE USAR AS DESCOBERTAS SOBRE OS CRIMES COMETIDOS PELOS MILITARES FEITAS PELO RELATÓRIO DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS COMO LUTA POLÍTICA// (ARQUIVO DO VITOR BARBOSA) UMA DAS GRANDES FIGURAS... MAS TAMBÉM DOS JORNALISTAS

6'38-7'38

OFF 8- POR FIM/ O DOUTOR EM HISTÓRIA SOCIAL CRITICOU A AÇÃO DO PRESIDENTE LULA EM NÃO RELEMBRAR OFICIALMENTE OS 60 ANOS DE DITADURA MILITAR///

(ARQUIVO DO VITOR BARBOSA)

NOS ÚLTIMOS ANOS NÓS TEMOS... CONDENA UMA DITADURA

8'01- 9'40

OFF 9- CHEGAMOS AO FIM DO EPISÓDIO QUE DISCUTE A ATUAÇÃO DOS GRANDES MEIOS DE COMUNICAÇÃO NO ÂMBITO NACIONAL E ESTADUAL SOBRE A COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE/ O PRÓXIMO E ÚLTIMO ABORDARÁ AS DESCOBERTAS FEITAS PELO RELATÓRIO DA FENAJ SOBRE OS CRIMES COMETIDOS CONTRA OS JORNALISTAS NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR//

TRILHA SONORA DO ENCERRAMENTO: PRESS FUSE- FRENCH FUSE

EPISÓDIO 3- REPRESSÕES E CENSURAS COMETIDAS CONTRA OS JORNALISTAS NO PERÍODO DA DITADURA

TRILHA SONORA DE ABERTURA: PRESS FUSE- FRENCH FUSE TRILHA SONORA DOS OFF'S- KURT- CHEEL

OFF 1- O SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO ESTADO DE ALAGOAS CRIOU UMA COMISSÃO DA VERDADE EM 27 DE JULHO DE 2023/ COM O OBJETIVO DE INVESTIGAR OS CRIMES COMETIDOS PELOS MILITARES NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR// UM DOS MEMBROS DA INCIATIVA/ O JORNALISTA EDBERTO TICINELI/ EXPLICOU COMO FOI O PROCESSO DE COLETA DE DADOS E DEPOIMENTOS PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL MOSTRANDO A CENSURA SOFRIDA PELOS JORNALISTAS// (ARQUIVO: EDBERTO TICIANELI) FOI NATURAL A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO... E CONSTOU TUDO ISSO

2'19- 3'55

OFF 2- O ENTREVISTADO DETALHOU COMO O JORNALISMO UNIVERSITÁRIO FUNCIONAVA NO PERÍODO DA DITADURA Militar// (ARQUIVO: EDBERTO TICIANELI) NÓS VIEMOS DO INÍCIO... A QUESTÃO DA CENSURA

7'26- 11'12

OFF 3- EDUARDO TICIANELLI REVELOU OS TIPOS DE REPRESSÕES QUE OS JORNALISTAS SOFRERAM AO LONGO DO PERÍODO DO REGIME MILITAR// (ARQUIVO: EDBERTO TICIANELI) NOS JORNALISTAS HOVE PRISÃO ... SE HOVE OU NÃO TORTURA

31'00- 34'16

OFF 4- A JORNALISTA E ADVOGADA/ OLGA MIRANDA/ EXPLICOU COMO FOI O PROCESSO DE CRIAÇÃO DO LIVRO “OH, PEDAÇO DE MIM” / QUE FALA SOBRE A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA MIRANDA PARA O JORNALISMO DA ÉPOCA// (ARQUIVO DA OLGA MIRANDA) EU FUI FAZER O CURSO DE JORNALISMO... AQUELA PARANÓIA DE PERSEGUIÇÃO

7'15- 11'36

OFF 5- A ENTREVISTADA/ QUE FOI MEMBRA DA COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE/ CONTA QUAIS ERAM OS TIPOS DE JORNALISMOS ALTERNATIVOS QUE TINHA EM ALAGOAS NO PERÍODO DO REGIME MILITAR// (ARQUIVO DA OLGA MIRANDA) NO ESTADO EXISTIAM VÁRIOS JORNAIS ALTERNATIVOS... AQUILO QUE O EDITOR QUERIA

22'40- 25'45

OFF 6- SEGUNDO OLGA MIRANDA/ OS FAMILIARES DAS PESSOAS DESAPARECIDAS QUEREM JUSTIÇA PARA OS CRIMES COMETIDOS NO PERÍODO DO REGIME MILITAR/ MESMO QUE NÃO PUNA DIRETAMENTE OS ENVOLVIDOS// (ARQUIVO DA OLGA MIRANDA) EU FAÇO PARTE... POSSAM ACONTECER

37'20- 40'25

OFF 7- COM O FIM DESTE EPISÓDIO/ A SÉRIE DE VÍDEO REPORTAGENS/ ENCERRA-SE COM AS DESCOBERTAS DOS CRIMES COMETIDOS CONTRA OS JONALISTAS E/ COMO OS PROFISSIONAIS ATUAVAM EM UM CENÁRIO DE REPRESSÃO/ VIOLÊNCIA E CENSURA///

TRILHA SONORA DE ENCERRAMENTO: PRESS FUSE- FRENCH FUSE

Apêndice D - Arte para o Spotify

